

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DOS GÊNEROS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CORPORA DIACRÔNICOS

José da Silva Simões¹

Introdução

O presente texto trata da associação de pressupostos do modelo de Tradições Discursivas e dos elementos da Linguística de Corpus aplicados à construção de corpora diacrônicos do Português Brasileiro (PB) e que possam servir de base para um levantamento mais fidedigno das variedades de registro de uma língua co-existent nas diferentes sincronias da língua. Neste trabalho serão analisadas particularmente três classes de textos utilizadas nos *corpora* de análise reunidos para a pesquisa da diacronia do português brasileiro (SIMÕES 2007 e SIMÕES/COSTA 2009): *cartas*, *atas paroquiais* e *memórias históricas*. Não é objetivo deste estudo esgotar as características textuais destes tipos de textos, mas sim, evidenciar quais destas características podem ser de vital importância para a análise do fenômenos linguísticos de várias sorte: sintaxe, semântica, discurso, morfologia, etc.

1. Pressupostos da pesquisa diacrônica baseada na coleta e seleção de textos representativos do português brasileiro

Um dos objetivos básicos do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), ao reconstituir a história do português brasileiro, é fazê-lo analisando documentos escritos que

¹ Professor da Área de Língua e Literatura Alemã do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pesquisador do *Projeto História do Português Paulista* (Projeto Temático de Equipe FAPESP 2006/55944-0), equipe regional de São Paulo do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), sob a coordenação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (DLCV/FFLCH).

ofereçam uma maior proximidade com o vernáculo ou com os falares cotidianos. Acredita-se que as análises linguísticas podem ser tanto baseadas em textos oficiais, e, portanto, mais formulaicos, mas também em textos mais particulares, menos formulaicos e mais próximos da oralidade. Porém, é fato que quanto maior for o “recheio de informalidade” de um texto, muito mais profícua e menos enviesada será a análise linguística.

Para o *corpus* da equipe paulista do PHPB, os pesquisadores (KEWITZ 2007; SIMÕES 2007 e SIMÕES & KEWITZ 2005, 2006a, 2006b e 2009) procuraram estabelecer um controle dos elementos composicionais dos exemplares de textos para proceder à seleção dos documentos, levando em conta vários critérios não apenas gramaticais, mas também de caráter tanto de história social e espaços comunicativos onde foram produzidos os textos, como também de fatores discursivos como a finalidade comunicativa que fez gerar o documento e a própria constituição do gênero *carta* e seus subgêneros.

Na medida em que se observa que a constituição dos gêneros textuais é de grande importância para a análise de fenômenos linguísticos, Simões & Kewitz (2005, 2006 e 2009) perceberam que não era adequado verificar em apenas um gênero textual se houve mudança gramatical. Os romanistas alemães chamaram à atenção para a questão das Tradições Discursivas (TDs), agregando-se, assim, um novo tópico à agenda do PHPB.

Outro fator preponderante para a análise de fenômenos linguísticos é a necessidade de se levar em conta outras tipologias textuais que podem elucidar os processos de mudança de fenômenos específicos. No caso do gerúndio, uma melhor distinção entre os subgêneros das *cartas* e uma compreensão de que índices discursivos estão presentes nas *memórias históricas* pode ajudar a entender a abundância ou escassez de ocorrência desse item tanto nestes dois gêneros como nos registros de uma língua oral concepcional de séculos anteriores, registrada, por exemplo, nos *entremeços* e nas *peças teatrais* (SIMÕES 2007).

De acordo com estudos já realizados, como as reflexões de Mattos e Silva (2002), acerca da constituição de *corpora* para o Projeto *Para a história do português brasileiro*, é possível perceber uma preocupação por editar documentos que mantenham um caráter mais próximo da oralidade. Isso é o que as várias equipes regionais do PHPB vêm tentando fazer:

- Na UFRJ, o grupo de trabalho do PHPB-RJ (BARBOSA 1999; LOPES, org. 2005, MARCOTULIO 2010; RUMEU 2004) tem editado documentos da administração pública, documentos da administração privada (cartas de comércio), cartas particulares, textos literários e outros textos com traços mais próximos da oralidade como as cartas de leitor e de editor publicadas em jornais do século XIX.

- Em Salvador, a equipe do PHPB-BA (LOBO, org. 2001, OLIVEIRA 2003 e 2006) também tem procurado levantar uma documentação que evidencie pistas de uma norma mais cotidiana em sincronias passadas.

- A equipe da Paraíba já reuniu vários exemplares de textos jornalísticos (ALDRIGUE/NICOLAU 2010), como também cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX (FONSECA 2010)

A empreitada das variadas equipes do PHPB têm denotado a necessidade de observar algumas restrições impõem-se, no entanto, à adoção de textos de natureza múltipla. Naturalmente contextos discursivos distintos podem enviesar a interpretação de fenômenos linguísticos submetidos a filtros que vão desde o caráter público/particular, simetria/assimetria entre autor/leitor, gêneros textuais construídos através de tradições discursivas do português (carta particular, carta de comércio, carta de leitor, carta de editor, texto literário, petição, requerimento, inventário, devassa, autos criminais, diálogos entre dois interlocutores, aula expositiva, etc.). Uma leitura prévia em um *corpus* de amostragem

selecionado para o estudo das orações de gerúndio na diacronia do PB denuncia essas irregularidades, definindo e restringindo o uso de orações reduzidas de gerúndio ao sabor da necessidade discursiva de cada autor ou falante.

Kabatek (2003) aponta para o risco de se enviesar a análise de mudança linguística, quando não se levam em conta as diferentes tipologias textuais:

A este problema se puede responder eligiendo textos de la misma tradición discursiva, pero entonces lo que se investigará no será la historia de la lengua sino la historia de un género concreto, con el peligro de que este género contenga elementos prácticamente ausentes en otras tradiciones (pensemos, por ejemplo, en el la historia del futuro de subjuntivo y el género jurídico castellano). Si por el contrario elegimos textos de géneros diversos, siempre existirá el peligro de que la cantidad de elementos varíe mucho por las características del texto en cuestión. Si se quiere investigar la gramaticalización de perífrases verbales temporales, por ejemplo, los resultados obtenidos en las crónicas serán, frente a los textos jurídicos, muy variados. Consecuencia de estas observaciones podría ser el rechazo completo de toda investigación del cambio lingüístico más allá de la investigación de la evolución de los enunciados o textos. La lengua y su evolución diacrónica serían ficciones construidas por los lingüistas, y en realidad no habría más que textos con sus respectivas tradiciones, con gramáticas emergentes casualmente sin historia propia alguna. (KABATEK, 2003:15)

Mais adiante, o autor (KABATEK, 2003:16) enumera as questões que considera centrais na análise dos fenômenos linguísticos na perspectiva da diacronia, se se levar em conta os condicionamentos impostos pelas tradições discursivas:

- i) O que varia segundo as tradições discursivas em questão e o que não varia, já que além de toda diversidade textual há elementos no sistema de uma língua que se mantêm bastante estáveis através das tradições discursivas?
- ii) Que elementos variam através das tradições discursivas?
- iii) Qual é a possível relação (sincrônica e diacrônica) entre aquilo que é próprio das tradições discursivas e o que é próprio do sistema linguístico?

Penso que (i) está atinente à preocupação em relação à adoção de determinadas construções com orações de gerúndio, no que se refere, por exemplo, às fórmulas mais ou menos estratificadas das cartas oficiais, petições, despachos, etc. O estudo empírico dos textos permite entrever que há usos de orações de gerúndio em diferentes tradições discursivas, o que de certa maneira responde (ii). Para isso, foi preciso estabelecer critérios bastante claros, ou seja, destacar fatores linguísticos bastante evidentes que pudessem permitir essa leitura clara, tal como a identificação de índices de simetria ou assimetria entre os interlocutores, grau de publicidade, etc. Já a questão (iii) parece indicar uma limitação à qual o próprio estudo desse tipo de construções está submetido, se não procedermos a uma escolha variada dos *corpora* de análise. Assim, ao identificar claramente os fatores apontados em relação à questão (ii), é possível obter subsídios adequados para responder (iii).

Se um trabalho, por exemplo, fala da diacronia de uma forma verbal, é preciso ter em conta a historicidade dos textos. Kabatek retoma Coseriu (1979 *apud* KABATEK, s/d: 1, digitado) que diferencia a historicidade em três níveis:

- a historicidade linguística no sentido próprio (historicidade da língua em particular),
- a historicidade da tradição (repetição) de determinados textos ou de determinadas formas de textos,

- a historicidade genérica no sentido de uma “*Zur-Geschichte-Gebören*” (pertença à história).

Quando fala da historicidade da língua em particular, o autor reflete a respeito do caráter individual que define a alteridade, a transferência de um para o outro do bem comum que é a língua. Isso se daria num nível primário da historicidade. O segundo tipo de historicidade refere-se a todas as demonstrações culturais, inclusive as linguísticas. A repetição de objetos culturais, ao mesmo tempo que matém esquemas predeterminados, força as mudanças:

Die Wiederholbarkeit von Textformen umfasst eine kontinuierliche Skala von minimalen Traditionsmarkierungen – etwa einer bestimmten Textbezeichnung oder einer bestimmten Formel in einem ansonsten nicht fixierten Text – über die durchgehende formale Organisation bis hin zur kompletten Fixierung des Textes (KABATEK, s/d:2).²

Entendo isso como uma forma de interpretar as mudanças linguísticas não só em função de usos individuais e necessidade pragmáticas imediatas, mas sim como uma mudança dependente também dos contextos em que os fenômenos linguísticos estão inseridos.

Diskurstraditionen sind, wie schon betont (1.1.); eine einzelsprachunabhängige Ausprägung sprachlicher Historizität. Sie sind an kulturelle Gruppen gebunden, die sich nach künstlerischen, wirtschaftlichen u. a. Kriterien definieren und sich allenfalls zufällig mit Sprachgemeinschaften decken (KOCH, 1988:343).³

No entanto, é preciso tomar cuidado com a confusão que correntemente se faz ao se tentar definir o que seriam as TD. Muitos incorrem no erro de defini-las simplesmente no plano da escrita como sendo os próprios gêneros textuais ou suas tipologias internas. Peter Koch (1997) foi mal interpretado quando em uma nota de rodapé de seu texto afirma:

Die Konsequenz einer Unterscheidung zwischen individuell/aktuellem Diskurs und historischer Diskurstradition wird jedoch noch nicht gezogen. Nicht akzeptabel ercheint es mir, wenn das Verhältnis von Sprachtyp und Einzelsprache mit dem Verhältnis von Textsorte und Text (Diskurs) parallelisiert wird (117) [Cf. Coseriu 1981]: die ‚Textsorte‘ (von mir im folgenden als ‚Diskurstradition‘ bezeichnet) steht ja gerade auf derselben (historischen) Ebene wie die Einzelsprache. (KOCH, 1997:45, grifo meu)⁴

O conceito de TD perpassa a noção de gênero, mas não se reduz apenas a este rótulo. O procedimento metodológico proposto nas seções seguintes é, portanto, a tentativa de agregar as contribuições da Romanística de Tübingen para o estudo das TD. Em suma, propõe-se aqui que os critérios de seleção dos *corpora* devem ter em conta (i) a historicidade linguística no sentido próprio (historicidade da língua em particular), (ii) a

² Tradução minha: “A repetição de formas textuais compreende uma escala contínua de marcas de tradição mínimas – quase como de uma determinada marca textual ou de uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – através de uma contínua organização formal até uma completa fixidez do texto”

³ Tradução minha: “Tradições discursivas são, como já pontuamos (1.1.), uma representação de historicidade linguística que é independente das línguas em particular. Elas estão ligadas a grupos culturais, que se definem por critérios artísticos, econômicos, entre outros e que, quando muito, coincidem com as comunidades linguísticas (cf. Coseriu 1981,40; Schlieben-Lange 1982, 108s.; Koch 1989)”.

⁴ Tradução minha: “a consequência de uma diferenciação entre discurso individual/ atual e tradição discursiva histórica ainda não será feita. Não me parece aceitável que se paralelize a relação de gênero discursivo e texto (Discurso) (117) [Cf. Coseriu 1981]: o ‘gênero’ (definido por mim a partir daqui como ‘tradição discursiva’) localiza-se no mesmo nível (histórico) que a língua em particular” (KOCH, 1997:45, grifo meu).

historicidade da tradição (repetição) dos gêneros (*carta, anúncios, atas paroquiais, memórias históricas, entremezes e peças teatrais*, etc) e (iii) a historicidade genérica dos elementos discursivos constantes desses textos. É, portanto, uma descrição teórica da seleção do *corpus*, pelos critérios expostos aqui expostos.

Segundo Kabatek (2004:5), o conceito de TD apresenta alguns traços definidores:

1) um texto estabelece uma relação com outro texto ou textos anteriores em um determinado momento da história. O autor entende a *repetição* como um desses traços definidores da tradição. Alerta, no entanto, que a *repetição* pode referir-se a um ou mais elementos da TD de base; 2) Existem algumas condições para que se entenda um exemplar textual, ou um elemento composicional do mesmo texto, como uma TD: a) a condição de que uma TD deve ser sempre discursiva, embora haja outros tipos de tradições culturais, tal como descreve Peter Koch (1997); b) a segunda condição refere-se ao fato de que nem toda repetição forma uma TD. Os elementos constitutivos do nível histórico de uma língua particular como a repetição de artigos ou determinados elementos de coesão (advérbios, conjunções, etc.) não podem formar sozinhas uma TD. Por outro lado, determinadas escolhas feitas no nível histórico de uma língua podem compor um TD, como é o caso da escolha pelas construções passivas em receitas, o uso do futuro do subjuntivo nas orações condicionais presentes em textos jurídicos etc. A repetição pode dar-se na escolha por determinadas estruturas sintáticas: Weinrich (Cf. Castilho, comunicação pessoal) já tinha reconhecido que a relação de tempos distingue o esquema textual “comentário” do esquema “narração”; c) a terceira condição está ligada ao conceito de *evocação* e refere-se ao conteúdo dos textos, ou seja, a *evocação* é a repetição dos conteúdos temáticos que são tratados nos textos, isto é, a hierarquia temática da linguagem específica de um texto, como é o caso dos sermões que sempre evocam textos bíblicos e outros textos religiosos, tais como as crônicas de vidas de santos etc.

Nas seções seguintes, a fim de identificar como podemos apor exemplares de textos de mesma tradição na composição de corpora diacrônicos, apresento alguns elementos que envolvem a história dos gêneros carta, atas paroquiais e memórias históricas, tentando relacionar aspectos relevantes da história desses gêneros discursivos à história da língua portuguesa no Brasil, e a partir dessas evocações de TD, estabelecidas anteriormente em outras comunicadas linguísticas, de como a sua repetição importa para compreender fenômenos linguísticos de variada sorte.

2. O gênero *Carta* e a tradição bolonhesa da *ars dictandi*

A arte da epistolografia foi cultivada pelas *comuni* do norte e do centro da Itália a partir do século XI e irradiou-se pela Europa, sendo seguida até o advento do Renascimento. Nesse período, difundiram-se as artes *dictandi*, em decorrência de uma demanda provocada pelo desenvolvimento político e econômico. Aumentou assim a quantidade e a variedade de documentos oficiais requeridos pelo clero, pela nobreza e pelos cidadãos como explica Martin Camargo: “*A estabilização dos domínios feudais depois de séculos de tumultos e a emergência dos primeiros estados centralizados modernos conduziam a um volume de correspondência diplomática sem precedentes, registros oficiais e outros.*” (CAMARGO, 1991:31 *apud* TIN, 2005:31). Segundo esse autor, ao final do século XI, com a Controvérsia das Investiduras, houve um estímulo para o estudo da Retórica como modelo para os pronunciamentos orais e para a escrita. O clima intelectual dessa época gerou a criação de novas disciplinas e isso levou a que “*modos tradicionais de classificar o conhecimento, como as sete artes liberais*” (TIN, op. cit.) começassem a ser modificados, da mesma forma como as instituições que os haviam perpetuado. Um dos centros mais importantes da *ars dictaminis* foi o convento beneditino de Montecassino.

Ao estudar o processo de escrituralização (textualização) das línguas românicas através da tradição de difusão de textos jurídicos do direito romano, Johannes Kabatek (2005:74) também identificou em Bolonha o centro irradiador de uma Renascença cultural. Além disso, observou que, à parte da grande riqueza e da importância econômica da cidade livre, a escola de artistas local deve ter criado condições propícias a isso.

A *ars dictandi*, que norteava a produção dos documentos da diplomática, prescrevia um rígido código de regras para a constituição dos textos e que era baseado no modelo da Retórica. Essas regras eram o *salutatio*, o *exordium*, o *narratio*, o *petitio*, e o *conclusio*. O *salutatio* deveria ser o lugar em que são apresentadas as pessoas, o propósito e o tema. Nele deveria estar especificado, ao mesmo tempo, o autor da carta e seu destinatário e se estavam no mesmo grau de hierarquia, e se eram amigos ou inimigos. O *exordium* é o espaço em que se pontuam os tropos e as figuras que servem para adornar o discurso e “mover” a audiência (TIN, 2005:32). Aos poucos, esse esquema rígido foi sendo adaptado às necessidades discursivas a que os textos deviam atender. O produto dessa inovação resulta no surgimento de TD mistas, como o *sermão*, o *aviso*, a *memória*, o *diário* e as *cartas* de toda a sorte (KOCH, 1997).

A partir do início do século XII até o final do século XIV, Bologna é o centro da *Ars dictaminis*. O professor secular de Bologna, Adalberto Samaritano, foi o autor da obra de *ars dictandi* mais antiga que se conhece. Seus *Praecepta dictaminum* devem ter sido escritos entre 1111 e 1118. Nesse tratado, Samaritano descreve os vários tipos de saudação, ao lado de uma seleção de modelos de cartas. Esse é o molde da tradição do qual serão retirados os secretários de cartas que se publicaram nos séculos seguintes, modificados ao longo da história, de acordo com a demanda específica de cada comunidade.

2.1 A arte de escrever cartas e sua popularização na França

A arte de escrever cartas saiu das muralhas dos palácios e dos palacetes e popularizou-se entre aqueles que viam na carta uma maneira de estabelecer elos com os parentes e os amigos distantes. É nesse contexto que surgem os secretários de cartas, compêndios com modelos de fórmulas de saudação e despedida, coletâneas de cartas, e não raro, reúnem inclusive regras de bons modos⁵:

Roger Chartier (1995), ao discutir sobre a introdução das práticas de escrita na Europa entre os séculos XVI e XVIII, menciona um fenômeno ocorrido na época. *La Secrétaire a la mode* (O Secretário da Moda) de Jean Puget de La Serre, publicado em 1640, é o *best-seller* de um gênero muito apreciado: as coletâneas de modelos de cartas. Destinado inicialmente aos epistológrafos nobres ou burgueses, esses secretários logo são incluídos no catálogo de editoras, que publicam livros de ampla circulação, como a *Bibliothèque Blene*. Segundo o historiador, “é duvidoso que tais modelos eruditos tenham realmente servido aos leitores populares” (p.116), porém a própria posse do livro já aponta para uma popularização do gênero. (CUNHA 2005)

O ciclo da tradição continuou, e à parte das inovações naturais do gênero, os esquemas rígidos de produção das cartas perpetuou-se através da transmissão desse modelo de um país europeu ao outro. Um fato que ilustra bem essa idéia é a ampla difusão de uma obra do francês Jean Puget de La Serre (1595-1665), que raramente é citada nos trabalhos que analisam a importância de sua atuação como renomado historiador. O manual epistolar

⁵ Uma das obras de epistolografia que traz regras de bons modos é o *Il Secretario di Corte* de Jean Puget De La Serre, traduzido para o italiano por Girolamo Brusoni em 1675.

Le Secrétaire à la Mode já contava em 1634 com sua nona edição ampliada e revisada e sua obra foi revisada, ampliada e reeditada durante em seu próprio nome em dezenas de reimpressões que alcançam o século XIX.⁶

Se a tradição bolonhesa da *ars dictandi* foi a inspiração do *Secrétaire* francês de Puget de la Serre, sua obra faz o caminho inverso e devolve à Itália a sua versão de escrever cartas através das traduções feitas dessa obra para o italiano em 1673 por Livio Alessandri e em 1675 por Girolamo Brusoni.

Nesse vai-e-vem dos tratados de cartas, muito se copiou e se adaptou, nem sempre se fazendo a devida referência ao próprio la Serre, numa prova de que esse tipo de tradição discursiva ultrapassava os limites das línguas francesa e italiana e de que determinadas TDs perdem sua “autoria” à medida que são incorporadas a comunidades linguísticas que as adotam e atualizam – lembrando Coseriu: as normas discursivas que regimentam o nível histórico da tradição de um texto podem afetar as normas linguísticas de uma língua particular.

2.2 A tradição epistolar em Portugal e seus ecos no Brasil: os secretários de cartas

A tradição de escrever cartas em português começou a ser regulada a partir do século XVII com a publicação do livro *Corte na Aldeia* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo (1573-1621), um dos primeiros teóricos da epistolografia em Portugal. A partir do século XVIII surgem vários secretários de cartas, manuais com cartas compiladas por autores como Francisco José Freire, cuja obra *O Secretario Portuguez* (1745) foi publicada ao longo do século XVIII e XIX em várias edições revisadas e ampliadas. Naturalmente, a arte de escrever cartas da tradição latina também passa ao português via outras línguas. Francisco José Freire, por exemplo, toma o autor italiano⁷ Isidoro Nardi como modelo para seu secretário de cartas e não deve lhe ter passada despercebida a edição espanhola do *secretario* espanhol-francês de Sobrino.

Como o próprio autor recomenda na introdução de sua obra, o modelo de produção das cartas toma como base a tradição das línguas latinas, o que já aí prova que a constituição desse gênero era um conhecimento compartilhado pelos autores das línguas românicas e que seguia o canal da tradição epistolar desde os primeiros teóricos do gênero ainda no Latim:

Porém muy pouco confio nas minhas instrucçoens, se o novo Secretario não for dotado de hum vivo engenho, e não tiver hum inteiro conhecimento das linguas Latinas, e Materna, e huma larga lição dos melhores, que escreverão Cartas, e etratarão [sic] do modo como sedevem formar. (Cândido Lusitano / Freire, Francisco José, 1746:introdução)

Na introdução de seu epistolário, Freire simplesmente traduz e adapta as instruções constantes do *Segretario* de Isidoro Nardi, que por sua vez também copiou e adaptou ao italiano aquilo que já fazia parte do *Secrétaire* de Puget (v. Quadro 7):

Per essere adunque tale, si richiedono necessariamente, oltre la pratica, una intiera congñizione della lingua Latina, una frequente lettura de’ migliori Autori accreditati

⁶ Christian Leroy (2002:250) aponta reedições do *Secrétaire* de Puget de la Serre em 1633, 1640, 1641, 1644, 1650, 1651, 1655, 1659, 1666, 1680 e 1695. Encontrei na Biblioteca Pública de Viseu (Portugal) e na Unibibliothek de Tübingen (Alemanha) outras edições datadas de 1634, 1654, 1671, 1739 e 1747.

⁷ “Hum dos melhores Authores; e dos mais modernos he o Academico Arcade Isidoro Nardi, a quem sigo nesta Instrucção Preliminar” Freire (1746, introdução).

in essa, una foda intelligenza delle Scienze, ed una piena erudizione, che possederono i Cardinali Salodetto, Bembo, ed altri non pochi, i quali da questa decorosa professione, e riceveron a loro estimazione, e ritrattero premj, e posti di dignità eminenti. (Nardi, Isidoro, 1730? [1710]: introdução)

Em sua introdução, Freire trata da constituição do gênero de maneira simples:

Todas as cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro periodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o prestimo; e no quarto se deseja felicidades. (Cândido Lusitano / Francisco José Freire, 1746:introdução).

Vê-se que também esta lição foi retirada de Isidoro Nardi, como mostra o seguinte trecho:

Tutte le lettere (alla riserva delle Narrative, e Descritive) si dividono in quatro periodi, anchorchè il quarto periodo soglia terminarsi alla Francese concisamente. Nel primo periodo si dice el fatto. Nel secondo si prega a gradire, o rispettivamente si ringrazia. Nel terzo si fa litanza de' comandi scambievoli. Nel quarto si saluta. (Nardi, Isidoro, 1730? [1710]: introdução).

Ao longo da primeira parte do secretário de cartas de Francisco José Freire, encontramos a transcrição de modelos de cartas que ele compilou de autores da nobreza portuguesa. Freire tinha submetido estas mesmas cartas à apreciação de especialistas e, na segunda parte do seu livro, ele reproduz as respostas que recebeu dessas pessoas como um gênero também a ser seguido, rotulando-as de *cartas discursivas*.

A análise dos secretários de cartas consultados revelam características que iremos verificar nas cartas brasileiras coletadas por nós para o período que vai do séc. XVIII ao séc. XX. Ressalto alguns elementos que julgo importantes para entender o raciocínio que vou seguindo aqui:

- (i) as cartas pertencem a uma tradição que ultrapassa o domínio epistolar (cf. Koch, 1997),
- (ii) as cartas dividem-se em subgêneros, de acordo com o grau de intimidade entre os escribas,
- (iii) quanto mais distante o grau de intimidade, tanto maior será a preocupação com a seleção de estruturas linguísticas, o que definirá, assim, o estilo particular de cada uma e
- (iv) cartas são uma interface entre a escrita e a oralidade, pois pendulam entre um pólo e outro, dependendo do grau de intimidade entre aqueles que se escrevem.

2.3 Cartas brasileiras do séc. XVIII ao séc. XX

Ao longo dos seminários de pesquisa do PHPB, mais especialmente da equipe do PHPB-SP, Verena Kewitz e eu apresentamos alguns critérios para a seleção de *cartas* do século XVIII e XIX ligados ao que se pôde aprender dos estudos de Análise do Discurso e da Análise da Conversação, mais especificamente da Linguística Textual (SIMÕES & KEWITZ 2005, 2006, 2007, 2009). Durante a coleta de manuscritos nos arquivos históricos de São Paulo e nas bibliotecas, fizemos algumas constatações a respeito das características da epistolografia luso-brasileira. Observamos que, principalmente em relação às cartas,

encontrávamos documentos oficiais com características textuais diversas, que apresentavam índices híbridos de uma norma considerada culta para a época e ao mesmo tempo alguns traços de norma popular. Se de um lado podíamos entrever elementos de norma mais controlada, associados tanto à própria tradição epistolar oficial e jurídica, como é o caso das fórmulas de início e de fim, o corpo destas cartas deixava entrever alguns elementos de uma norma considerada mais informal. Com o objetivo de proceder a uma definição mais detalhada das categorias comunicativo-pragmáticas dos textos, a exemplo do que se tem feito em Análise da Conversação em relação à língua falada, elaboramos um quadro de categorias comunicativas baseado nos trabalhos de Henne & Rehbock (1982)⁸ e de Allwood (1976).

A combinatória das categorias discursivas (i) *grau de publicidade* e (ii) *grau de simetria entre os escritores* e, eventualmente, (iv) *grau de planejamento do texto* (registro/níveis de fala) e (v) *dimensões da ação comunicativa* (tipologia dos atos de fala) resulta numa melhor definição do documento analisado de forma a assumi-lo como sendo oficial ou não-oficial. A *fixidez temática* pode parecer à primeira vista indiferente para a constituição do subgênero, mas aliado ao registro de fala, perceptível através do do *grau de planejamento do texto* e à *tarefa comunicativa*, ou *objetivo comunicativo* na acepção de Kabatek (2006), ou *dimensões da ação comunicativa* segundo Allwood (1976), podem evidenciar uma maior ou menor formalidade na produção dos textos escritos.

A proposta ali feita procurava aliar o que se conhece do estudo da língua falada ao domínio da escrita. Koch & Oesterreicher (1990), em seu trabalho de análise sobre o processo de escrituralização das línguas românicas, também falam das *condições comunicativas* de produção dos enunciados escritos e falados e *estratégias comunicativas* utilizadas pelos falantes/escritas durante o ato de elocução. Ali, os autores observavam que a produção tanto escrita quanto falada se apóia em dois eixos: o eixo *gráfico vs. fônico* e o eixo da *proximidade vs. distância*. E chamavam a atenção que determinadas tipologias textuais da oralidade apresentavam características de maior *distância* entre os interlocutores, como é caso do *discurso científico*, enquanto textos escritos podem, por seu lado, apresentar maior *proximidade* comunicativa, se observarmos as *cartas pessoais*. Assim, a tensão proximidade vs. distância se dá não só por condições comunicativas, mas também por elementos ligados ao objetivo ou à tarefa a ser executada.

Apoiando-nos nestas propostas, iniciamos a coleta dos manuscritos e procuramos identificar os pontos em comum aos mesmos, de forma a verificar a composicionalidade daqueles gêneros textuais.

Ao longo da coleta, pudemos encontrar alguns exemplares interessantes que descortinavam algumas pistas sobre o registro de fala do seus escritos.

A idéia com este trabalho inicial de escolha de documentos para a constituição dos *corpora* do PHPB-SP era visualizar em que medida as questões ligadas às TDs importam para a análise de mudança linguística e perguntar: de que forma a escolha de um determinado gênero textual condiciona a seleção de fenômenos linguísticos específicos? Ou seja, se num determinado conjunto de dados se verifica alta frequência de relativas cortadoras, será que isso não estaria condicionado à opção do autor / falante por um determinado gênero textual, por exemplo, a carta particular, gênero no qual há simetria entre os interlocutores e que permite um maior relaxamento no planejamento dos textos? Sobretudo, defendíamos que é necessário atentar para a variedade de gêneros textuais e equilibrar os seus subconjuntos de forma a evitar conclusões enviesadas sobre mudança linguística.

⁸ Henne & Rehbock (1982:32-33) observaram as seguintes categorias em seu trabalho: (a) tipologia da conversação; (b) relação de tempo-espço; (c) constelação dos falantes entre si; (d) grau de publicidade; (e) relação social dos falantes; (f) dimensões da ação comunicativa; (g) grau de conhecimento entre os falantes; (h) grau de planejamento temático dos falantes; (i) fixidez temática da conversação.

2.4 Cartas da *Administração Pública* e da *Administração Privada*

Entre os pesquisadores brasileiros do PHPB, Afrânio G. Barbosa tem pensado nessa linha, quando diz que se deve ”*buscar o confronto entre diferentes corpora de materiais escritos de uma mesma época por meio da instrumentalização de um dado fenômeno linguístico, que funcionaria como fio de prumo da comparação.*” (BARBOSA 2002:425). Referindo-se a um trabalho quantitativo de Douglas Biber (1991) que cruzava diferentes *corpora* da língua inglesa com determinadas formas linguísticas, Barbosa verificou que esse autor ”*demonstrou não haver marcas linguísticas específicas da fala ou da escrita, mas sim dimensões ou conjuntos de formas linguísticas que, combinadas diferentemente, identificam os tipos de texto, seja ele a escrita acadêmica, seja ele a entrevista radiofônica.*” (op.cit).

No espaço intermediário descrito por Barbosa (1999, 2002 e 2005) como *Administração Privada* localizam-se as cartas por nós coletadas no fundo *Aldeamento de Índios* do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo (AHESP).

Esses documentos foram produzidos em sua grande maioria por religiosos de várias ordens – carmelitas, beneditinos, franciscanos e padres jesuítas – incumbidos de administrar as aldeias de índios do entorno da vila de São Paulo, tais como *Embu, Itapeverica, Guarulhos, São José, Barueri, Escada, Laranjeiras*, algumas mais distantes como *Peruíbe* e *Queluz*. As cartas apresentam como tema comum a informação sobre o cotidiano das aldeias e sobre listas de índios, e boa parte delas são cartas ascendentes, geradas a partir de solicitações ou ordens, muitas delas gerando novas cartas na instância superior. Esse dado evoca um outro tema ligado aos estudos das TDs e à Análise do Discurso que trata da intertextualidade desses documentos, ou seja, tarefas comunicativas distintas geram a produção de gêneros discursivos distintos a partir dos episódios envolvendo os autores das cartas.

Se por um lado observamos nessas cartas do séc. XVIII um alto grau de fixidez das fórmulas e a relação dos textos analisados com TDs distintas, por outro lado verificamos aquele acúmulo de funções comunicativas a que nos referimos anteriormente e não é raro encontrar desabafos e destemperos ao lado de meras prestações de conta a respeito do cotidiano das aldeias.

2.5 Cartas Paulistas da BNRJ

As *Cartas Paulistas* depositadas na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (BNRJ) foram coletadas para esta tese e também para constituir o *corpus* paulista do Projeto PHPB.⁹ Estas cartas giram em torno da pessoa de José Bonifácio de Andrada e Silva e foram escritas entre 1801 e 1822, período que marca grandes transformações na história do país. Não é por acaso que estas cartas tratam da temática sobre a tensão política que imperava na época. Tanto as cartas para José Bonifácio como aquelas trocadas entre João Ferreira de Oliveira Bueno e outros destinatários falam do momento político que envolvia principalmente as regiões de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Além do interesse que possam despertar aos pesquisadores da língua, elas possuem um valor histórico inestimável que podem de alguma forma ajudar a entender o distanciamento que o Brasil demarcava em relação a Portugal naquele momento.

Um dos critérios de escolha destes documentos anterior à própria coleta foi tentar reconhecer a nacionalidade brasileira dos missivistas. Além da nacionalidade, outro fator de

⁹ Este conjunto foi coletado com a colaboração do Prof. Dr. Afranio Gonçalves Barbosa da UFRJ em julho de 2004 e encontra-se publicado em Simões/Kewitz (2006).

seleção era a origem do documento. A busca no *Catálogo de Fontes Manuscritas do Brasil Colônia* do prof. Afranio Barbosa (UFRJ) revelou poucas cartas originárias exclusivamente da cidade de São Paulo. Tomamos uma decisão que hoje cremos acertada de incluir documentos oriundos de outras cidades da então vigente Capitania de São Paulo, cidades que mantinham laços políticos e sociais firmes naquele intervalo histórico (1800-1822). A própria ocorrência destas cartas destinadas a moradores da cidade de São Paulo evidencia esse vínculo. Entre elas estão Itú, Sorocaba e Santos, cidade natal dos irmãos Andrada e centro nervoso do período da independência. Apoiamo-nos nas considerações de Groppi (2001a e 2001b), quando fala sobre a extensão do território paulista e Salles (1998 e 2001), quando fala sobre a constituição dos *corpora* paulistas.

Outro critério importante eram as características discursivas destas cartas. Mattos e Silva (2001 e 2002) alerta para a necessidade de constituir *corpora* homogêneos a fim de possibilitar análises mais fidedignas. A exemplo do recorte teórico que permeou a seleção dos outros dois conjuntos de cartas publicados por Simões/Kewitz, procurou-se aqui selecionar textos que, mesmo sendo oficiais, pudessem ser enquadrados dentro da categoria informal de interlocução autor/leitor. Outros fatores discursivos importantes referem-se a i) simetria/assimetria entre missivista e destinatário, ii) registro oficial formulaico/oficial “popular”, feitos ora por um “autor seguro” por um “autor inseguro”, ou por “mãos hábeis”, “mãos pouco hábeis” e “mãos inábeis” segundo Rita Marquilhas (1996 *apud* Barbosa, 2002).

2.6 Cartas Particulares da *Correspondência Passiva de Washington Luiz*

Uma boa parcela da correspondência passiva do fundo Washington Luiz (Arquivo Histórico do Estado de São Paulo - AHESP) insere-se na classificação de documentos privados proposta por Barbora (1999) e conta com diversas caixas de documentos do fim do século XIX e da primeira metade do XX. Trata-se de cartas escritas por parentes de Washington Luiz, nascidos nos Estado do Rio de Janeiro, cunhados e amigos. Os documentos selecionados para o *corpus* são cartas escritas no século XIX, quando da fase de estudante e início da carreira de advogado de Washington Luiz e da primeira metade do século XX, quando o destinatário das cartas já se encontrava em alta ascensão na vida política, período em que foi presidente da república.

2.7 Conclusões prévias a respeito do gênero carta, seus subgêneros e lições para a constituição de um *corpus* de análise linguística

As características linguístico-discursivas das *cartas Oficiais*, *cartas de administração privada* e das *cartas particulares* descritas acima também aplicam-se às *cartas de leitores e redatores de jornal* incluídas aqui para os exemplares do século XIX. Vale notar, no entanto, que estas últimas estão condicionadas a fatores específicos que se aplicam mais particularmente a este subgênero:

- (i) Tanto as *cartas de leitores* como as *cartas de redatores* estão submetidas a um controle de publicidade muito maior que as outras, o que promove maior foco por parte dos autores nas formulações, que são passíveis de revisão e reformulação antes de sua publicação, o que aproxima mais da norma culta;
- (ii) As *cartas de leitores* têm finalidade distinta, podendo dividir-se em subgêneros: carta de reclamação endereçada ao redator, carta pessoal fictícia, possivelmente produzidas

por algum jornalista com o objetivo de criticar algum evento ocorrido na cidade de São Paulo, entre outras possibilidades. O tom emocional perpassa todas estas cartas, o que afeta tanto a escolha do léxico, como as estratégias de argumentação;

- (iii) As *cartas de redatores* são na maioria das vezes retratações a respeito de alguma reclamação feita por algum leitor ou representam algum tipo de crítica a algum evento ocorrido na cidade de São Paulo, o que as aproxima do gênero jornalístico editorial (v. KOCH, 1997, a respeito da inovação a partir da tradição).

Os elementos discursivos apontados são pressupostos primordiais para que se analisem, sincrônica e diacronicamente, questões como norma e inovação, e para que se identifique o percurso empreendido por determinados itens da fala para a escrita ou vice-versa. Dessa forma, poderemos entrever índices da oralidade em sincronias distintas e ampliar o leque de traços definidores de normas específicas. A identificação dessas normas era restrita à análise da escolha lexical empreendida e aos desvios da norma culta. Tradicionalmente os textos literários têm sido largamente utilizados pelos gramáticos normativos em seus exemplos para referendar a constituição de uma norma tida como culta. Nas palavras de Barbosa (2002:425):

Se à luz de seus procedimentos e conclusões, avaliarmos a distribuição de certas marcas linguísticas em diferentes tipos de textos do passado colonial, estaremos seguindo na direção do *paraíso* da Linguística Histórica, ou seja, ao invés de saber da linguagem de uma época por apenas um único tipo de texto, muitas vezes literário ou forense, saber das matizes linguísticas de sincronias passadas para chegar a um Sociolinguística Histórica. Desse modo, na prática, é preciso selecionar e controlar entre os tipos de textos coloniais os fenômenos linguísticos relevantes para as questões da história da língua portuguesa.

Através dessa análise, procuramos (SIMÕES & KEWITZ, 2005 e 2006) estabelecer alguns critérios que nos ajudassem a indentificar a homogeneidade dos conjuntos dessas cartas com o objetivo futuro de utilizar estes corpora para as análises linguísticas específicas de cada domínio da língua, seja ele a morfologia, a sintaxe, a fonologia, o léxico ou o próprio discurso. Além disso, acredita-se que os critérios ali definidos podem ajudar a construir um quadro mais detalhado da história social da linguagem de cada período e região brasileira e, ao levar em conta todos esses aspectos, promover um estudo mais apurado da história do Português Brasileiro.

3. A gênese das atas paroquiais em um contexto jurídico-religioso:

Os registros paroquiais foram instituídos a partir do Concílio de Trento (1545-1563) com o objetivo evangelizador de dilatar a fé entre os povos. Não por acaso ele é escrito no borbulhar do Renascimento, período em que se descobria o Novo Mundo e em que era preciso rever as leis, uma vez que novas conquistas eram feitas.

Os textos forenses jurídico-religiosos promulgados ao longo de alguns dos séculos anteriores, como é o caso do Foro Real de Afonso X, já não atendiam a demanda que se apresentava, ou seja, a mudança na sociedade imprimia às leis um novo formato. Assim como durante todo o período medieval, a partir do século XVI até o final do século XIX a Igreja e o Estado andavam de mãos dadas. Não foi diferente no Brasil e nas palavras de Douglas Batista de Moraes (UFPE):

“O monarca português adquiriu da Igreja, não apenas o Padroado sobre as novas terras descobertas, como também um padroado propriamente régio, que o habilitava a propor a criação de novas dioceses, escolher os bispos e apresentá-los ao Papa para serem confirmados. Na realidade, apesar de suas intenções iniciais, o Padroado terminou sendo usado como instrumento de poder da Coroa para subordinar aos seus os interesses da Igreja católica” (MORAES 2004:1)

No entanto, a constituição étnica do Novo Mundo demandava leis específicas que abarcassem os filhos da terra, os indígenas, e os africanos aqui instalados à força. É nesse contexto que surgem *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707 e que serviram como o primeiro código de leis eclesiásticas criado na colônia brasileira. Este conjunto de leis retoma os preceitos do Concílio de Trento, evoca e reformula tal texto, assim como é de se esperar para esse gênero textual tão rígido na forma. No eixo que pendula entre conservadorismo e inovação, reafirma-se a dupla finalidade que já era exercida pelos desígnios do Concílio de Trento, ou seja, ao mesmo tempo em que tinha o propósito de “dilatara Fé”, atendendo aos interesses da Igreja, ele servia ao Reino como forma de “dilatara o Império”. Sabemos também que *As Constituições Primeiras* serviram de orientação para todo o território da colônia, como veremos a partir de pistas presentes nas atas de batismo e casamento analisadas aqui.

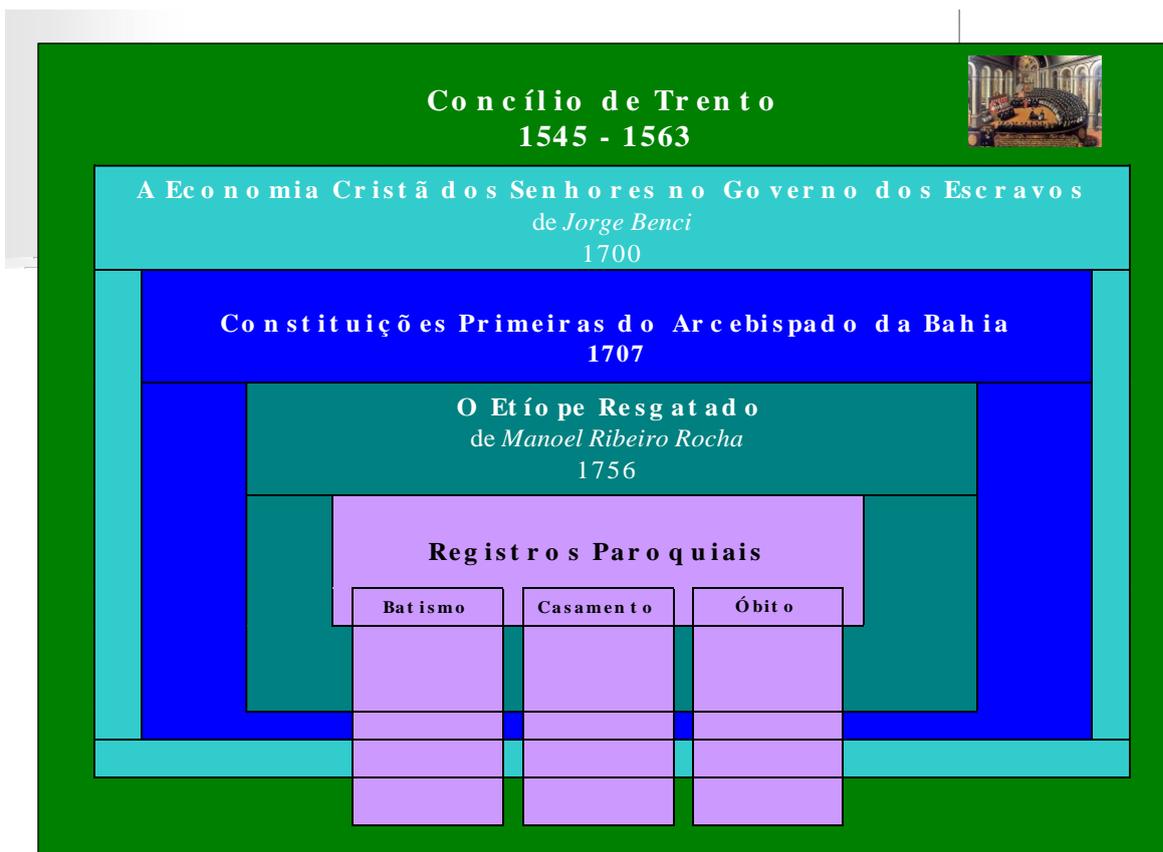


FIGURA 1. A GÊNESE DOS REGISTROS PAROQUIAIS A PARTIR DO CONCÍLIO DE TRENTO.

Anteriormente, vimos que os gêneros são constituídos de remissões, evocações, tradições, às vezes fáceis de serem identificadas, às vezes um tanto nebulosas. Nesse particular, o estudo da história externa da língua, ou seja, a história social da língua, nos

ajuda a entender as mudanças que possam haver se processado no interior dessa mesma língua. Daí a importância do trabalho conjunto entre as disciplinas da História e da Linguística.

A História nos ensina que as mesmas *Constituições Primeiras da Bahia (1707)*, são evocações de outro texto fundamental largamente utilizado pelos que promulgaram as leis baianas. Trata-se do livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* do padre jesuíta italiano, radicado no Brasil, Jorge Benci, escrito em 1700, poucos anos antes de terem sido promulgadas as tais leis. Analisando as remissões a esse texto nas *Constituições Primeiras*, Ana Palmira Casimiro (2006) verificou que nesse conjunto de leis, as normas referentes à questão específica da educação dos escravos negros na doutrina cristã foram, segundo ela, “declaradamente extraídas” do livro de Benci, providas “de uma longa história do pensamento teológico cristão” (CASIMIRO 2006:10). Em termos de constituição do texto, felizmente temos aqui pistas bem claras de como se deu a atualização do gênero texto jurídico-religioso. Uma atualização que ocorreu portanto em função de uma demanda da sociedade que este conjunto de leis deveria regular.

3.1 A tensão entre *economia régia* vs. *economia cristã*: escravidão e libertação no Século das Luzes.

Para continuar nosso raciocínio de como textos evocam outros textos, vale a pena retomar o que Palmira Casimiro (2006:16-22) observou em relação à obra do Padre Manoel Ribeiro Rocha, autor do livro *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído, Libertado: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil*, publicado em 1756. A autora nota que nesse livro há referências tanto das *Constituições Primeiras* como da *Economia Cristã* e que também há uma semelhança ideológica e, por vezes, uma forte identificação de forma e conteúdo entre o *Etíope Resgatado* e a *Economia Cristã*, “se bem que esta semelhança proceda, em parte, do fato de ambos os autores terem se inspirado na mentalidade coletiva da época” (op. cit., p. 17). Essa mesma “mentalidade coletiva da época” parece ter sido confirmada por um estudo recente de Martha Hameister (2007)¹⁰ e será retomada mais adiante através do exemplo de uma curiosa ata de batismo setecentista do Rio Grande do Sul. Ana Palmira Casimiro (2006:17), identifica dois pontos em comum entre as obras de Benci e Ribeiro Rocha: 1. Nas duas obras defende-se a dignidade do negro escravizado e 2. Nelas se protesta contra a crueldade cometida contra os escravos.

¹⁰ 3.o Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, 2 a 4 de maio de 2007, Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura.

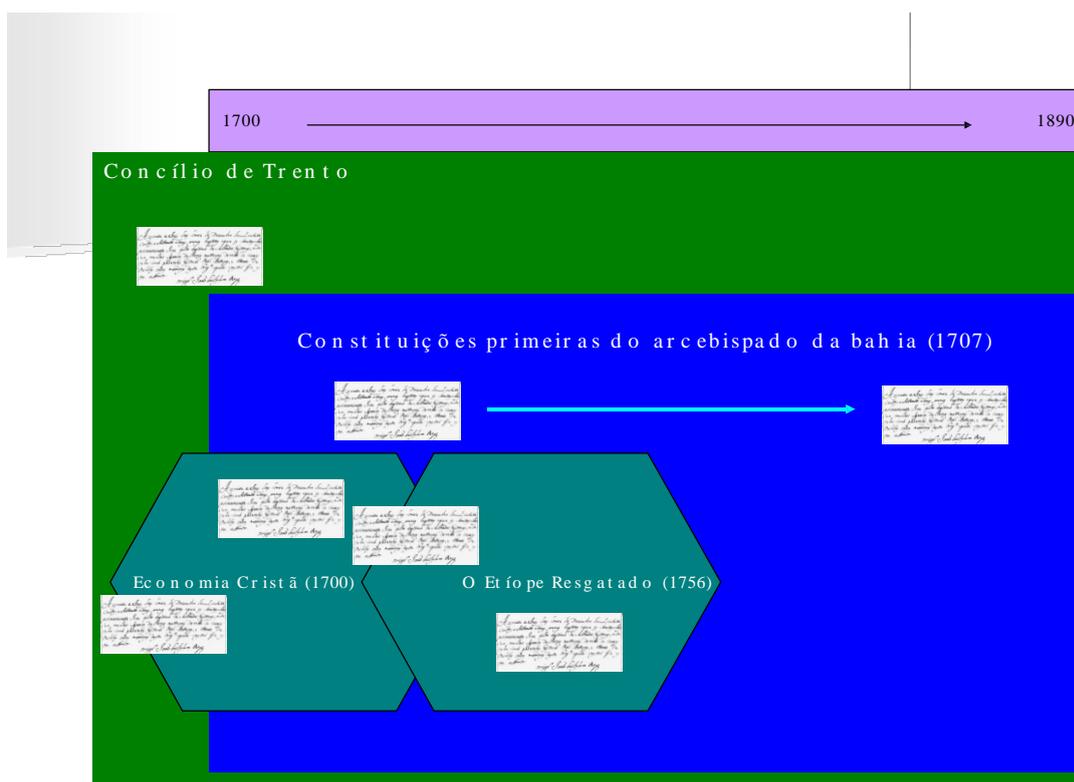


FIGURA 2. A INTERTEXTUALIDADE DOS REGISTROS PAROQUIAIS.

O certo é que textos são constituídos de evocações e inovações. O sentido disso é que cada rede de gêneros é mais propensa à conservação que à inovação. No caso particular dos textos jurídico-religiosos o caráter conservador sempre será mais saliente. Como lingüistas estamos interessados tanto num pólo como no outro, interessa-nos o conservadorismo para verificar como se constitui a norma culta da língua, e também nos interessa a inovação para identificar o estado da norma cotidiana e popular de épocas passadas. As atas paroquiais nos dão mais pistas do conservadorismo, embora na maior parte das vezes o lingüista histórico esteja preocupado com a constituição da norma popular, algo que pouco transpira desses documentos.

3.2 A análise linguística dos registros paroquiais

Pelo que se viu anteriormente, as atas podem trazer em seu bojo elementos convergentes dos vários textos reguladores aqui apresentados. Assim, segundo as tradições discursivas que exhibe, pode remeter vários desses textos ou apenas a alguns deles, como vemos pelo quadro, em que podemos alocar diferentes tipos de ata não só no eixo diacrônico, como também no eixo das evocações que exerce, ou seja,

- uma ata do início dos setecentos pode conter apenas referências ao CT,
- enquanto que a partir da segunda década do séc. XVIII as atas já trazem elementos das CP baianas e
- em determinados contextos sociais podem manter-se relativamente estáveis quanto à sua estrutura e conteúdo, em função do desconhecimento das idéias contidas nos outros textos orientadores como a *Economia Cristã* ou *O Etíope*

Resgatado.

- Elas podem ainda indicar pistas desses textos inspiradores, ou até mesmo elementos convergentes desses dois textos.

Identificamos esses elementos somente nas atas de batismo e casamento e deixamos as atas de óbito para uma outra ocasião, devido à exigüidade do tempo.

3.2.1 As atas de casamento

Iniciamos a análise pelas características textuais dos registros de casamento. Anteriormente dissemos que esses documentos são exemplares de textos que estabelecem uma relação de maior distanciamento entre o enunciador e seus enunciatários, ou seja, a quem o texto se dirige. Tal fato implica no uso de uma linguagem mais elaborada, de um léxico mais especializado, de fórmulas pré-estabelecidas, as quais permitem pouca ou nenhuma variação. A tabela abaixo dá conta de alguns desses elementos:

TABELA 1. FÓRMULAS DAS ATAS DE CASAMENTO DOS SETECENTOS E OITOCENTOS.

Partes do texto	Fórmulas
Data	- Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e um anos
Diligências	- feitas as denúncias como manda o sagrado concílio tridentino e Constituição do Bispado (XVIII) - feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino (XVIII) - feitas as denúncias na forma do Concílio tridentino (XVIII) - feitas as diligências do estilo Com Provisão do Reverendo (XIX) - depois de feitas as denúncias Canonicas (XVIII) - e feitas as diligências do estilo (XIX) - e feitas as diligências (XIX)
Resultado das diligências	- sem se descobrir impedimento algum e nem eu até o presente o saber como constou-me da licença que se me apresentou do Reverendo Vigário da Vara (XVIII) - sem se descobrir impedimento algum, como consta da provizão de Licença do M.to Rd.o vigário da vara, q' fica em meu poder (XVIII) - sem se descobrir impedimento algum o q' tudo Consta da Sertidão dos Banhos (XVIII) - sem impedimento, precedendo Licença do ordinario e do Reverendo Paroco (XVIII) - Sem impedimento algum Com Provisão do Reverendo Vigario da vara (XIX) - sem se descobrir impedimento (XIX)
Testemunhas	- e Sendo tt.as as abaixo aSi.das peSosas Conhecidas (XVIII) - sendo presentes por testemunhas (XVIII) - em minha presença, e das Testemunhas abaxo aSignadas Com palavra de presente (XIX)
Ato do casamento	- Se cazarão em face da Igreja Com palavras de Presente (XVIII) - se casaram por palavras de presente ... (XVIII) - Se Cazarão, Com palavras de presente (XVIII) - Ce Cazarão (XVIII) - Se Receberão por marido e mulher... (XIX) - Se Receberão por Marido e mulher (XIX)
Ato do registro e assinatura	- fis este assento q' na verdade asignei com as ditas testemunhas (XVIII) - e logo lhes dei as abensas, e p.a Constar fis este aSento (XVIII) - Logo receberão as abensas, do que para Constar faSo este aSento. (XVIII) - e logo Receberão as Abensas conforme o Comcillio Tridentino e p.a Constar faço este aSento (XIX) - e logo lhe conferi as abensas na fr.a do Comcilio Tridentino e para Constar fis este aSento (XIX) - e logo ... Conforme o Rito da Santa Madre Igreja e p.a Constar fis este assento (XIX) - e para Constar fis este aSento (XIX)

Uma análise muito rasa desses documentos revela os seguintes traços linguísticos:

(a) Do ponto de vista dos elementos constitutivos do gênero, percebemos que:

- As fórmulas apresentam-se regulares quanto à sua estrutura contendo trechos organizados de forma rígida contendo: 1. a data; 2. a informação das diligências do batismo conforme o Concílio Tridentino; 3. a informação do resultado dessas diligências; 4. o nome das testemunhas; 5. a informação do ato de casamento; 6. a informação o registro e assinatura do assento paroquial.

- As atas de casamento podem trazer expressas evocações dos textos fundamentais que orientam esses registros como é o caso das determinações do *Concílio de Trento* e das *Constituições Primeiras*;

- Há uma tendência de redução na extensão das fórmulas do séc. XVIII para o séc. XIX, em decorrência em parte pelo possível desgaste promovido pela repetição, ou pela obviedade do conteúdo pressuposto (p.ex., a referência ao Concílio Tridentino). A retomada no séc. XIX de determinadas fórmulas que já estavam em processo de erosão pode indicar os movimentos de conservadorismo vivenciados por determinadas comunidades.

- Fórmulas que inicialmente eram registradas em latim, passam a ser traduzidas ou deixam de existir (*in facia eclesia* = em face da igreja, *ut supra*)

- A ordem dessas fórmulas é bastante rígida. No séc. XIX, alguns itens do asento rompem a ordem dessa estrutura rígida, aparecendo antes ou depois de outras, como é o caso da informação sobre as testemunhas e o lugar da informação sobre as diligências tridentinas.

(b) Do ponto de vista intrínsecamente sintático, nota-se que:

- São frequentes as construções absolutas com participios (feitas as diligências), gerúndios (sendo presentes, sendo testemunhas) e construções absolutas nominalizadas introduzidas por preposições (sem impedimento, em minha presença),

- Orações infinitivas (sem se descobrir impedimento algum, para constar).

- Uso de conectivos de pouco valor lógico (e, logo, sem, com) com sentido mais temporal e mais instrumental. Em textos morais, como é o caso das leis que orientam os registros paroquiais, a técnica de junção mais típica é feita através do uso de operadores lógicos mais fortes como *porque*, *se*, *portanto*, que indicam maior teor argumentativo. Nas atas nada se discute, até que se prove o contrário, como veremos...

- O uso do “se” indeterminativo, índice de impessoalização das tarefas executadas (sem se descobrir impedimento)

- O curioso uso da próclise em início de sentença, tão abominado pelas gramáticas escritas a partir do séc. XIX no Brasil (Se casarão, se receberão por marido e mulher), um índice que se atribuía a um uso popular da língua, mas que hoje sabemos faz parte do português falado culto no Brasil.

- Verbos performáticos conjugados no modo indicativo, efetivando o ato (se casarão, se receberão por marido e mulher, fiz, assinei, lhes dei as benças)

As atas de casamento parecem não exibir marcas que remetam aos textos de Jorge Benci ou de Manuel Ribeiro Rocha. Isso se deve ao fato de que o caráter efetivamente libertador está declaradamente marcado nas atas de batismo, que podem delimitar a manutenção da escravidão ou demarcar o início de uma vida como forro.

4. Memórias

Já apontei acima que a constituição dos gêneros textuais é fruto de adaptações e inovações de outros gêneros. Koch (1998) ensina que o *avviso* da tradição epistolar italiana

dividiu-se em *notícia* e *romance epistolar*. Tal investigação demonstra que é possível afirmar que destes surgiram os *diários de navegação* ao final do século XV e a partir do XVI, dando conta aos monarcas dos novos descobrimentos. Na tradição portuguesa, das *cartas notícia* e dos *diários*, como é o caso da *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500) e do *Diário de Viagem de Pero Lopes* (1530), chegamos às *notícias práticas*, relatos escritos por bandeirantes e outros desbravadores, que registravam a progressão de suas viagens e seus feitos, numa mescla entre *carta* e *diário*. Paralelamente, à medida que se constituía uma nova identidade luso-brasileira, foi preciso registrar a diacronia dos fatos históricos que demarcavam eventos e feitos significativos da história do Brasil. Nesse momento surgem as *memórias históricas*, algumas ufanistas, como a de Frei Gaspar da Madre de Deus (1797), outras mais críticas, como a *Dissertação* de Marcelino Pereira Cleto (1781).

A *Memória para a História da Capitania de São Vicente* de Frei Gaspar (1797) foi vilmente plagiada por Manuel Cardoso de Abreu, que ardilosamente registrou em seu manuscrito a data de 1796, anterior em um ano à data de publicação do livro de Frei Gaspar, para tentar atribuir o plágio ao verdadeiro autor: “Não fôra a iniciativa dos irmãos Arouche e a modéstia do velho monge teria permitido que se consumasse inaudito atentado, o mais indecorosos [sic] caso de sic vos non vobis” (TAUNAY, 1975 [1920]:19). Os irmãos Arouche fizeram com que fosse publicada em Lisboa. Isso se deu tardiamente, uma vez que o religioso fosse avesso ao alarde e não se preocupava em publicar suas obras, tendo-se perdido muito de seus escritos por esse motivo.

O plágio de Manuel Cardoso de Abreu, oferecido a Luz Pinto de Souza Coutinho, com o título adulterado para *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, envolve outra figura histórica do Brasil, Marcelino Pereira Cleto, o Juiz da Alfândega e Juiz de Fora da Vila de Santos, posteriormente ouvidor no Rio de Janeiro, ninguém menos que o escrivão da Devassa de Minas Gerais, responsável pelo processo movido contra o Tiradentes¹¹ e membro da Relação da Bahia. Em correspondência à Rainha D. Maria I, Cleto dá conta da situação da Capitania de São Paulo, com base em informações de Manuel Cardoso de Abreu, ali chamado de Manoel de Abreu Fialho¹²:

Esta no | ticia nos Comunicou, peSsoa de muita verdade | que tranzitando pella
 Província de Paraguay | desde o anno demil sete centos sincoenta esinco | Se
 Recolheu agora neste demil sete centos seten | ta eoitto, a esta Cidade deSaõ Paulo
 Sua pa | tria, e este he Manoel deAbreu Fialho a quem conhecemos, ja detempo
 das escolas, edosprimei | ros Rudimentos da Gramatica Latina desde o anno de mil
 sete Centos evinte e seis. Saõ | Paulo nove de Setembro demil sete Centos se |
 tenta e oito annos. (Carta de Marcelino Pereira Cleto à Rainha D. Maria I, de 9 de
 setembro de 1778, ANTI, Papéis do Brasil, COD. 13, MF 1997)

Este trecho da carta prova ao mesmo tempo a nacionalidade brasileira de Manuel Cardoso de Abreu e a possível identidade brasileira também de Marcelino Pereira Cleto, uma vez que na carta cita a ligação de amizade entre os dois desde o período da alfabetização. O certo é que o próprio Marcelino Pereira Cleto escreveu sua *Dissertação da*

¹¹ Ao que parece, sua reputação continua em baixa. Curiosamente, nos livros de tombo sobre a documentação da Devassa de Minas Gerais, que se encontra depositada na Torre do Tombo em Lisboa, há uma intervenção recente de um pesquisador ao lado do seu nome com a inscrição “Traidor!”.

¹² Em um estudo sobre os autores coloniais publicado no V. II dos Anais do Museu Paulista (1925), A. Taunay reconhece Manoel de Abreu Fialho como sendo o Manoel Cardoso de Abreu. A troca do nome era comum nesse século, ora identificando-se o sobrenome do pai, ora o da mãe. Na Genealogia Paulista de Silva Leme (1903-1905, Vol III, p. 237) consta: “Joanna Maria casada em 1762 em Mogi-mirim com Ignacio Vieira de Abreu, natural de Santo Antonio do Jaraguá, Meia Ponte, Goiás, f.º de Manoel de Abreu Fialho, de Santo Amaro, e de Theresa de Jesus, de S. Paulo, n. p. de José de Abreu Fialho, de Lisboa, e Izabel Vieira Antunes, de S. Paulo, n. m. de João Rodrigues Nogueira, de Mogi das Cruzes, e de Francisca Moraes Cavalcanti, da mesma vila.”

Capitania de São Paulo já em 1781¹³, publicada em 1977 na Coleção Paulística¹⁴ ao lado do *Divertimento Admirável*¹⁵ do próprio Manuel Cardoso de Abreu. Uma edição cuidadosa dos manuscritos de Marcelino Pereira Cleto, incluído o rascunho de 1781 depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa talvez pudesse trazer luz ao percurso desse plágio e desvendar se a abundância de memórias histórias escritas por esses três autores envolve um plágio de Cleto do próprio plágio de Cardoso de Abreu. Para o estudo da Linguística Brasileira, a contraposição desses documentos pode revelar interessantes recursos de paráfrase e reformulação para uma época de que temos tão pouca documentação dessa natureza. Os trechos da *Memoria Historica da Capitania de São Paulo e de todos os seus memoraveis successos, desde o anno de 1531* de Cardoso de Abreu (1797?)¹⁶ e da *Dizertação A respeito da Capitania de S. Paulo eSua decadencia esobre omodo de restabelecella* de Marcelino Pereira Cleto (1781) servem nesta tese como amostra dessa possível contraposição.

Além do (1) plágio de frei Gaspar e (2) da *Dizertação* de Marcelino Pereira Cleto, incluí ao *corpus* de memórias do século XVIII e XIX dois outros textos que também editei para este trabalho: (3) uma cópia a *Memoria economica e metallurgica sobre a fabrica de ferro de Ypanema Sorocaba 1820*, escrita pelo mineralogista nascido em Santos (SP) José Bonifácio de Andrada e Silva, depositada na BNRJ (I-28,25,13) e (4) uma cópia do *Plano, emque sepropoem omelhoramento daSorte dos Indios* de 1802 concebido pelo paulista José Arouche de Toledo Rendon e depositado no AHU de Lisboa (AHU-73-4092), posteriormente publicado pelo RIHGB com o título de *Memória sobre as aldeas de indios da província de S. Paulo*. José Arouche de Toledo Rendon foi o primeiro diretor da Academia de Direito de São Paulo, atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.¹⁷

4.1 Alguns traços linguísticos das memórias

Como já disse anteriormente, não me preocupei em fazer um estudo detalhado das características textuais nem das memórias nem das peças teatrais do século XVIII e XIX. Isso seria tarefa de um estudo específico, feito segundo o aparato da Análise do Discurso. O critério de escolha dessa tipologia textual diversificada também já foi apresentado. Resta apenas fazer um apanhado geral das características discursivas desses textos para que se visualize o recorte de análise adotado.

Escolhi as *memórias históricas* por dois motivos:

¹³ (a) *Dissertação da Capitania de São Paulo, Sua decadencia, e modo de restabece-la* (ANTT, COD. 12, fl. 2-23v), manuscrito autógrafo com rubrica em todas as páginas, datada de Santos a 25 de outubro de 1781 e (b) *Dizertação A respeito da Capitania de S. Paulo eSua decadencia esobre omodo de restabelecella*, datada de Santos a 25 de outubro de 1781, provavelmente um rascunho de (a) (BNL, PBA 686, 546-575).

¹⁴ CLETO, Marcelino Pereira (1977/1781). “Dissertação da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. 25 de outubro de 1782. In: *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial – 1751-1804*, São Paulo: Governo do Est. de SP, Coleção : Paulística, 1977.

¹⁵ Manoel Cardoso de Abreu, “Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso”. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Est. de SP, Coleção : Paulística, 1977.

¹⁶ A pesquisadora Renata Ferreira Costa (FFLCH/USP) é responsável pela edição filológica da memória de Manuel Cardoso de Abreu para a sua tese de mestrado. Em 2005 encontramos-nos no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo e, durante a seção de fotos que eu fazia do manuscrito, fiquei sabendo da pesquisadora que ela já estava fazendo a edição. O trecho de 5000 palavras que transcrevo nesta tese é de minha inteira responsabilidade.

¹⁷ Os trechos de 5000 palavras das memórias históricas editadas por mim não constam do volume II desta tese, em função de não haverem sido transcritos na íntegra, à exceção da memória de José Bonifácio, que se encontra editada em sua totalidade naquele volume. Os documentos *Dizertação* de Marcelino Pereira Cleto e o *Plano* de José Arouche de Toledo Rendon serão objeto de edição em trabalho futuro, posterior a esta tese.

1. Embora as *memórias* tenham se tornado públicas através de sua impressão, até o final do século XIX elas tinham em vista um leitor a quem a obra era oferecida. Porém, é natural supor que eram fruto de uma produção mais controlada e passível de revisões. Além disso, o fato de ser um produto linguisticamente controlado aproxima o documento da norma culta padrão de cada sincronia aqui analisada.

2. As *memórias* escolhidas para este conjunto têm como fio condutor a história da Capitania de São Paulo, à exceção das duas notícias práticas da primeira metade do século XVIII que rezam uma sobre as bandeiras de Minas Gerais ao Grão Pará e a outra sobre a Colônia de Sacramento. A idéia de manter o foco sobre a história do território de São Paulo tem por objetivo a uniformidade na centração tópica a fim de poder controlar melhor o uso do gerúndio narrativo nesse tipo de texto.

A análise que se faz nos capítulos sobre a sintaticização e a discursivização do gerúndio leva em conta também as orações conjuncionais e mostrará qual é a frequência dessas estratégias de junção não só nas *memórias*, como nas *cartas* e nas *peças teatrais*. Espera-se, com esta análise, demonstrar como uma determinada tipologia textual se constrói em função também dos recursos sintático-discursivos de que fazem uso os seus autores/locutores.

Considerações finais sobre os *corpora* analisados

Iniciei este capítulo expondo a preocupação técnica de organizar um *corpus* devidamente equilibrado pela distribuição de gêneros e seus subgêneros e pela quantidade de texto. Essa metodologia apoiou-se nos pressupostos teóricos do modelo de Tradições Discursivas, que alia o estudo das tipologias textuais à análise de fenômenos gramaticais específicos. Baseado nisto, analisei as características constitutivas dos gêneros e subgêneros escolhidos, procurando identificar o seu canal de tradição. O método privilegia também o modelo da Análise Multissistêmica da Língua proposto por Castilho (2004a, 2004b, 2004c, 2006a e 2006b), permitindo assim uma visualização um tanto mais nítida do uso do gerúndio no português brasileiro.

Ao longo deste ensaio, também procuramos enumerar algumas contribuições que a Linguística de Texto pode oferecer para a análise dos registros paroquiais, estabelecendo uma interface entre os estudos linguísticos e os trabalhos de história social. Embora ofereçam algumas limitações do ponto de vista linguístico, decorrentes da estrutura rígida do texto, que não permite entrever marcas de uma norma linguística cotidiana (sonho de todo lingüista) e, também, embora restrinjam a análise da argumentatividade, em função de uma malha sintática e uma tessitura textual muito rasas, verificamos que os documentos paroquiais possibilitam verificar a manutenção e os movimentos na evolução da norma culta do português falado no Brasil nos séculos XVIII e XIX. A exemplo do que se tem feito nos estudos de Linguística Histórica, observamos que a análise da história do gênero vai além dos limites da língua particular e que é necessário investigar a gênese dos textos e sua relação com outras línguas e tradições culturais. Notamos, ainda, que as mudanças na organização social ajudam os lingüistas a compreenderem mudanças nos processos comunicativos. Para lingüistas, as atas paroquiais são, portanto, uma fonte importante de pesquisa, que comprovam que a análise da história social ajuda a compreender as mudanças internas da língua, além de possibilitar a análise do uso ideológico da linguagem.

Os textos reunidos como *corpora* de estudo da diacronia da língua portuguesa no Brasil representam um bem cultural de grande importância. Sua divulgação tem sido feita através de exposições virtuais e em instalações artísticas no Museu da Língua Portuguesa

em São Paulo. Este trabalho vislumbra funcionar como uma contribuição à divulgação dos estudos de língua portuguesa no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa & NICOLAU, Roseane Batista Feitosa (2010, orgs.). *Quem o pretender comprar dirija-se a...: coletânea de anúncios paraibanos do século XIX*. João Pessoa: Ideia Editora. Edições ProLING.
- ALLWOOD, Jens (1976). *Linguistic Communication as Action and Cooperation, a Study in Pragmatics*. Tese de Doutorado. Goeteborg: Universidade de Goeteborg.
- BAKER, Paul (2010). “*Corpora and sociolinguistic variation*”. In: Paul Baker (2010). *Sociolinguistics and Corpus Linguistics*. Edingburgh: Edinburgh University Press, p. 31-56.
- BARBOSA, Afranio & LOPES, Célia Regina dos Santos (2006, orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX*. UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Letras Vernáculas / FAPERJ.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves (2002): “O Contexto dos textos coloniais”. In: Alkmin, Tânia Maria (org.) (2002): *Para a História do Português Brasileiro Volume III: novos estudos*. Campinas: Humanitas/FFLCH/USP. p. 421-431.
- BIBER, Douglas/CONRAD, Susan (2009). *Register, genre, and style*. Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Textbooks in Linguistics).
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittecourt Santos (2006). “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial”. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Graf. FE : HISTEDBR, 2006. CD-ROM.
- CASTILHO, Ataliba T. (2004 a). Diacronia das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. Em: Lígia Negri et alii (Orgs. 2004). *Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, p. 11-47.
- CASTILHO, Ataliba T. (2004 b). Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB. Em: Wolf Dietrich / Volker Noll (Orgs. 2004). *O Português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, p. 203-230.
- CASTILHO, Ataliba T. (2004 c). O problema da gramaticalização das preposições no Projeto Para a História do Português Brasileiro. *Estudos Lingüísticos* 33 (2004), cd-rom.
- CASTILHO, Ataliba T. (2006a). *Abordagem da língua como um sistema complexo. Novas tendências da Lingüística Histórica*. São Paulo: FFLCH-USP, digitado.
- CASTILHO, Ataliba T. (2006b). “Proposta funcionalista de mudança linguística. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas”. In: LOBO,

- Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA.
- CUNHA, Anna Carla de Oliveira Dini (2005). *Uma história de constituição de gênero discursivo em sala de aula: cartas*. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto (2010, org.). *Cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Ideia. Cd-Rom.
- GUEDES, Marymarcia & BERLINCK, Rosane de Andrade (orgs.). *E os preços eram commodos...: anúncios de jornais brasileiros – século XIX*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP. 2000.
- HAMEISTER, Martha Daisson (2007): “Felícia, o Padre, o Etíope Resgatado e o Arcebispado da Bahia: uma parábola sobre liberdade e cativo no extremo-sul da América lusa (Rio Grande 1745)”. In: 3º. Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, 2 a 4 de maio de 2007, Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura.
- KABATEK, Johannes (2003). *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Texto inédito apresentado ao *Seminário de Historia de la Lengua Española : nuevas perspectivas*. Soria, Espanha, 7-11 de julho de 2003.
- KABATEK, Johannes (2005) “Sobre a historicidade de textos”, tradução de José da Silva Simões, em: *Linha d'água*. 17. São Paulo: USP/APLL.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança lingüística”. In: LOBO, Tânia, RIBEIRO, Ilza, CARNEIRO, Zenaide, ALMEIDA, Norma. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- KABATEK, Johannes (2008, org.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- KABATEK, Johannes (s/d). *Zur Historizität von Texten*. Tübingen: Universität Tübingen. (digitado).
- KEWITZ, Verena & SIMÕES, José da Silva (2009). “Normas lingüísticas, história social, contatos lingüísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de *corpora* diacrônicos”. In Castilho, Ataliba T. de (org.) *História do Português Paulista*, Vol. I, Série Estudos. Campinas, IEL/Unicamp, p. 699-720.
- KEWITZ, Verena (2007). *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro (séculos XIX e XX)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP.
- KOCH, PETER (1988). “Norm und Sprache”. In: Albrecht, Jörn / Lüdtke, Jens / Thun, Harald (1988, eds.). *Energie und Ergon. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. Studia in honorem Eugenio Coseriu*. 3 vol. Tübingen. (Tübinger Beiträge zur Linguistik, 300) , p. 327-354.

- KOCH, Peter (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und zu ihrer Dynamik. In: FRANCK, Barbara / HAYE, Thomas / TOPHINKE, Doris (Orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, (ScriptOralia; 99), p. 43-79.
- Koch, Peter (2008). “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español”. In: KABATEK, Johannes (2008, org.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, p. 53-88.
- KOCH, Peter / OESTERREICHER, Wulf (1990). *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer. (Romanistische Arbeitshefte, 31).
- LEITE, Francisco de Freitas. *O latim em cartas do cariri cearense: final do século XIX e início do século XX*. João Pessoa: Ideia Editora. 2009.
- LOBO, Tânia (2001, org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas.
- LOPES, Célia Regina dos Santos (2005, org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ. Pós-Graduação em Letras Vernáculas.
- LÜDELING, Anke/KYTÖ, Merja (2009, org.). *Corpus linguistics: an international handbook*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz (2010). *Língua e história: o 2º. Marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca.
- MORAES, Douglas Batista de (2004). „A Igreja: o ,o baptismo‘, o casamento e a angústia do confessionário“. In: *Revista de Humanidades. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial*, v. 5, n. 12. out./nov. 2004.
- O’KEEFE, Anne/MCCARTHY, Michael (2010, orgs.). *The Routledge handbook of corpus linguistics*. London/New York: Routledge.
- OESTERREICHER, Wulf (1997). „Zur Fundierung von Diskurstraditionen“. In: FRANCK, Barbara / HAYE, Thomas / TOPHINKE, Doris (Orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, (ScriptOralia; 99), p. 19-41.
- OESTERREICHER, Wulf (2008). “Dinámica de estructuras actanciales em los Siglos de Oro: el ejemplo del verbo *encabalar*”. In: KABATEK, Johannes (2008, org.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- OESTERREICHER, Wulf (no prelo). “Conquistas metodológicas en la lingüística diacrónica actual. La historicidad del lenguaje: lenguas, variedades y tradiciones discursivas en el marco de una semiótica social”. In: Mónica Castillo Lluch e Lola Pons (no prelo). *Nuevas tendencias en la investigación del cambio lingüístico en español*. Berna: Peter Lang (Colección Fondo Hispánico de Lingüística y Filología).

- OLIVEIRA, Klebson (2003). *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso 'latim vulgar'?* Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 3v.
- OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita no século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 3v.
- RUMEU, Márcia Cristina de Brito (2004). *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ – Faculdade de Letras.
- SILVA, Maria de Conceição (digitado). *A Igreja Católica e o casamento no Brasil, 1860-1890*. www.cehila-brasil.com.br/Biblioteca/Arquivo_129.doc, acesso em 10.06.2007.
- SIMÕES, José da Silva (2007). *Sintaticização, discursivização, e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese de doutoramento, USP.
- SIMÕES, José da Silva / COSTA, Alessandra Castilho Ferreira da (2009). “As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos”. In: Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo; Botelho, Tarcísio R.. (org.). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos*. 1 ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, v. , p. 35-58.
- SIMÕES, José da Silva / KEWITZ (2006a). “Traços lingüístico-discursivos em *corpora* do português brasileiro”. In: *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 1018-1027.
- SIMÕES, José da Silva / KEWITZ, Verena (2005) . “A constituição de *corpora* diacrônicos do Português Brasileiro e seus traços lingüístico-discursivos”. In: *6. Deutscher Lusitanistentag an der Universität Leipzig* -15. bis 18. September 2005, digitado.
- SIMÕES, José da Silva / KEWITZ, Verena (2006b). *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB* (org., ed. e rev.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP. (CD-Rom)
- TAUNAY, Affonso de E. (1975 [1920]). “Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) – Súmula Biográfica”. In: Madre de Deus, Gaspar da, frei (1975 [1797]). *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, p. 7-23.
- TIN, Emerson (2005, org). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- WILSON, ANDREW/ARCHER, DAWN/RAYSON, PAUL (2006, orgs.). *Corpus linguistics around the world*. Amsterdam/New York: Editions Rodopi.